**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE REMOÇOES NA BR-040 E A VIOLAÇÃO AO DIREITO À MORADIA DIGNA NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS, REALIZADA EM SEIS DE MAIO DE DOIS MIL E QUINZE, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS.**

Às dezenove e quatro minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis teve início a Audiência Pública sobre Remoções na BR-040 e a Violação ao Direito à Moradia Digna, uma iniciativa do Vereador Silmar Fortes.

O Vereador Silmar, presidiu a Audiência convidando a compor a mesa os seguintes presentes: Eduardo Moraes, Superintendente do Patrimônio da União; Luiz Cláudio Vieira e Jorgeani Cristina Azevedo, Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro; Coronel Rafael Simão, Secretário de Defesa Civil; Jorge Maia, Secretário de Habitação; Paulo Marcio e Marcus São Thiago, Procuradoria do Município; Fernanda Ferreira, Secretária de Trabalho, Renda e Assistência Social; Francine de Pinheiro, Centro de Defesa dos Direitos Humanos; Luiz Carlos Dias de Oliveira, Representante da Empresa Theopratique e Cleimar Barros, Assessor do Deputado Hugo Leal.

O Sr. Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando a todos os presentes e dizendo que o objetivo desta Audiência é informar as ações do Grupo de Trabalho Institucional do Ministério Público, abrir o diálogo com as comunidades e dar transparência ao processo. Logo após, justificou a ausência, devido à um mal-estar, do Sr. Procurador da República Dr. Charles Estevam, o qual presidiu uma reunião sobre o mesmo tema no Ministério Público Federal neste mesmo dia às 14h. O Sr. Presidente o qual estava presente nesta reunião informou que foram discutidas algumas áreas, como: Vila São Francisco, Duques, Contorno, Arranha-céu, os Km 57, 58 e 59 e a Vila das Sete Casinhas. Disse que havia representantes da CONCER e da ANTT presentes que discutiram sobre a re-delimitação da faixa de domínio. Outros pontos discutidos foram a regularização fundiária, os projetos de lei de Área de Especial Interesse Social do Contorno e da Vila São Francisco e o pedido de vistoria feito pelo Ministério Público à Defesa Civil.

Em seguida o Sr. Presidente passou a palavra para **Eduardo** (Superintendente SPU-RJ), ele disse que a maioria das áreas que estão em questão são de domínio da União e que hoje há um grande interesse da União em regularizá-las. Informou que a SPU tem participado viabilizando as cessões da Área e o Governo do Estado tem feito os levantamentos, topografia e plantas. Este trabalho foi iniciado na Vila São Francisco, depois fizeram no Duques e agora estão na área da antiga Rede Ferroviária. Encerrou passando a palavra para o representante do ITERJ para que este detalhasse melhor o trabalho técnico que está sendo realizado.

**Luiz Cláudio** iniciou sua fala informando sobre a Vila São Francisco, disse que lá o Iterj tem um termo de cooperação técnica com o Município, e que já contrataram o serviço de topografia e de cadastro socioeconômico, além dos laudos físico-ambientais. Informou que algumas áreas de propriedade da União que não entraram na concessão da CONCER, serão passadas para o Estado do Rio de Janeiro, para que este junto com o Município realize a regularização Fundiária dessas famílias. Esta regularização será realizada segundo o Programa Minha Casa Minha Vida. Disse também que já encaminhou um pedido à Brasília pedindo a redução da Faixa de Domínio da Concer naquela área para que o mínimo possível de famílias tenham que ser remanejadas para outros locais. Quanto a Comunidade do Contorno, informou que lá já foi realizado todo levantamento topográfico, cadastros e laudos, porém ainda depende de vistoria para avaliação de áreas de risco e de declaração da área como de Especial Interesse Social. Em relação às Comunidades Agnela e Duques, informou que essas áreas sairão do interesse da concessionária para serem passadas à União para que procedam com a regularização. Informou também que o Dr. Charles já encaminhou pedido à Brasília solicitando que todos os processos que tenham contra as famílias do Duques sejam suspensos e que nenhuma demolição ocorra. Assim que chegar uma resposta, se positiva, poderão iniciar o processo de regularização também. Sobre a Vila das Sete Casas disse que estas famílias pagavam Taxa de Ocupação à Rede Ferroviária Federal e que ali deverá ser feito um estudo de viabilidade de redução de faixa de domínio da estrada. Após, será necessário a declaração de área de especial interesse social e a demarcação para início da regularização. Quanto ao Km 59, já foi aventado e já podem trabalhar com a regularização. Lá existem 33 processos de desocupação com transito em julgado, os quais o Município irá pedir a suspensão. Sobre a Comunidade do Arranha-céu informou que as famílias estão entre a faixa de domínio da estrada e a Faixa Marginal de proteção do Rio Piabanha. Disse que já existe uma Ação Civil Pública pedindo a remoção das famílias dessa área, porém irão realizar uma vistoria em conjunto com técnicos do INEA, da Secretaria de Meio Ambiente e Defesa Civil para tentar viabilizar a permanência de famílias possíveis de serem regularizadas.

**26:40** Sobre os Km 45 e 46, Sumidouro, disse que estão fazendo o levantamento das famílias que estão dentro da faixa de domínio para começarem a trabalhar a regularização fundiária. Falou também sobre a Comunidade do Bambuzal, onde farão uma nova vistoria, e posteriormente começarão o processo de regularização das famílias que forem identificadas como fora de risco. Luiz encerrou dizendo que apenas em relação a Comunidade de Modezi não tinha informações pois não teve tempo hábil de vistoriá-la.

**30:23 Vereador Silmar Fortes** agradeceu e passou a palavra para **Francine**. Ela disse que nesse um ano e meio de trabalho houve muitos avanços e que essas audiências são momentos muito especiais. Disse ter sido muito importante ter ouvido na reunião do MPF a CONCER e a ANTT dizer que erraram na Comunidade do Duques por terem entrado com 59 processos equivocadamente. Informou que como foi pedido no grupo de trabalho, o CDDH entrou no processo das 33 ações transitadas em julgado e junto com o Iterj irá vistoriar as áreas. Disse que, infelizmente, o que ainda falta são políticas públicas para as Comunidades do entorno da BR-040 e que essas áreas virem território de Petrópolis, com saneamento básico, água, luz, entre outros.

Sr. Presidente passou a palavra para Sr. Marcus São Thiago. **Sr. Marcus** iniciou apresentando o projeto de lei de Área de Especial Interesse Social para a Comunidade São Francisco e disse que este seria protocolado na Câmara Municipal no dia seguinte a esta audiência após o último crivo do Procurador da República. Informou que numa audiência na Justiça Federal sobre a Ação Civil Pública que pede a remoção das famílias do Contorno, o Município se posicionou contra este pedido, pois a situação na época em que foi protocolada a ACP não é a mesma dos tempos de hoje, haja vista que o município já fez muita coisa, inclusive a remoção das famílias que estavam em área de risco. Sr. Marcus São Thiago explicou que deverá haver um acordo com o MPF para que esta ação pare, pois de nada adiantaria, no caso do Contorno e do Arranha-céu, fazer projeto de lei de AEIS com ambos envolvidos em ACP.

**Sr. Luiz** informou que Dr. Charles convocará uma reunião para que este assunto seja discutido. Encerrou dizendo que tudo deve ser feito com celeridade e que a intenção do Município é garantir a dignidade dessas famílias. Vereador Silmar se comprometeu a, assim que o projeto de AEIS chegar à Câmara, colocá-lo para ser votado em regime de urgência. Disse que essas audiências são uma prestação de contas com a população e que críticas e cobranças devem ser bem recebidas. Informou que a próxima reunião do grupo de trabalho no MPF ficou marcada para o dia 26 de junho, às 14h. Vereador Silmar então passou a palavra para Sr. Jorge Maia

**54:40 Sr. Jorge** informou que estão ampliando a Secretaria de Habitação e que em breve esta será inaugurada. Disse também que sua intenção é regularizar a situação dessas famílias e que está comprometido com este processo.

Com a palavra o **Coronel Rafael Simão** explicou que cabe a Defesa Civil dizer se a área é de risco ou não e que nem sempre, devido a falta de indicativos, é fácil dizê-lo. Junto à isto, há a falta de tempo e técnicos para que sejam feitas todas as vistorias necessárias. Informou que a sua Secretaria está realizando um trabalho de prevenção junto com a empresa Theopratique para que seja dada a devida segurança à essas famílias e que em breve o Plano de Municipal de Redução de Riscos será apresentado.

Vereador Silmar questionou ao **Sr. Rafael** se haveria dificuldade de um técnico da Defesa Civil acompanhar o grupo de trabalho em suas vistorias. O secretário respondeu que não e que este técnico será destacado para isso.

**Sr. Jorge Maia** explicou que todos os riscos serão analisados, os da faixa de domínio e os ambientais, para se ter segurança de quais famílias podem ficar e quais devem sair, porém essas que vão sair devem ter uma segurança de terem para onde ir.

Vereador Simar questionou ao **Sr. Jorge** como é o funcionamento do GETAP e como as demandas de água e luz dessas comunidades poderiam ser encaminhadas a ele.

**Sr Jorge** respondeu que este grupo se reúne uma vez a cada 15 dias, às quartas-feiras pela manhã. Explicou que lá se reúnem representantes de várias entidades e concessionárias de serviços públicos e discutem demandas individuais, porém a **Sr. Francine** interpelou dizendo que a carência de serviços essenciais é em toda a BR-040, não tendo como individualizar um problema que atinge tantas pessoas.

Vereador Silmar passou a palavra para **Sra. Fernanda Ferreira**. Ela começou sua fala dizendo que a Secretaria de Assistência Social está ao lado das famílias da BR-040, que ela tem conversado com essas comunidades á um ano e meio e que infelizmente muitas vezes as respostas são negativas, porém sinceras. Informou que toda última quinta-feira do mês realiza reuniões com outros membros do executivo no Centro Comunitário do Duarte da Silveira para discutir esses problemas e tentar resolvê-los quando possível.

Com a palavra o **Sr. Cleimar** informou que às 14h do dia seguinte à esta audiência estará ocorrendo uma Audiência Pública na Câmara Federal para interpelação do Presidente da CONCER e do Presidente da ANTT e que uma das questões que será abordada será a da redução da faixa de domínio da BR-040.

Sr. Presidente passou a palavra então para a assistência para que as pessoas presentes pudessem transmitir seus questionamentos:

**Joseane**, moradora do Km 59, lamentou a ausência da CONCER na reunião e agradeceu ao CDDH pela ajuda que dão à comunidade.

**Sr. Luis André**, morador da Agnela, agradeceu aos órgãos presentes pelas informações que trouxeram e pediu ajuda para que todas as famílias tenham acesso à água e luz.

**Sra. Kelly**, moradora do Km 47, relatou que uma oficial de justiça esteve em sua casa, lhe entregou um papel e disse que ela tinha 15 dias para recor ou teria que sair da casa pois esta seria demolida.

**Sra Francine** disse que ela deveria ir a Justiça Federal para acompanhar o processo.

**Sr. Jorge Maia** pediu que a Sra. lhe desse uma cópia deste documento para que ele mostrasse para a advogada de sua secretaria e que esta entraria em contato com ela.

**Sra. Joceli**, moradora do Arranha-céu, cobrou por luz e água em sua comunidade e questionou porque ninguém da BR-040 foi convidado para estar na Audiência Pública da Câmara Federal em Brasília.

**Sra. Maria José**, moradora do Km 54, questionou se há alguma solução para o seu Km.

**Sra. Lucia Helena**, moradora do Km 57, questionou sobre o que acontecerá com a sua casa que esta interditada pelo DNR desde 1998 e sobre a possibilidade dela receber Alugue Social**.**

**02:02 Sra. Kely**, moradora do Km 57, reclamou da falta de esgotamento sanitário e de calçamento no local e disse que já houveram algumas tentativas de solucionar o problema porém a CONCER não permitiu a finalização. Pediu que, se esses serviços não podem ser feitos por causa da CONCER, que ao menos isso seja dito e explicado a comunidade.

**Vereador Silmar** disse que acompanha a história dos moradores da BR desde 2011, que este é um trabalho coletivo, onde vários órgãos se debruçam para tentar resolver as questões e que estas audiências são para prestação de contas de todos. Falou que quanto às sucessivas ausências da CONCER, ele consultará o jurídico da Câmara para saber da possibilidade de convocá-la.

Em seguida, passou a palavra para o **Vereador Meirelles** que informou que existe uma lei municipal aprovada em 2014, que diz que não está obrigado a pagar taxa de iluminação pública, àquele que não possui esse serviço. Então pediu que esses moradores que estão enquadrados nesta situação guardem suas contas de cobrança para posteriormente poderem requerer isenção na prefeitura.

Com a palavra **Vereador Luizinho Sorriso**, elogiou a garra e a luta dessas comunidades e disse que todos estão empenhados para unir forças com essas famílias.

**Vereador Silmar** passou a palavra para o **Sr. Luiz Cláudio** informou a moradora do Km 54 que não depende só do Iterj para fazer a regularização, é uma união de esforços. Ele disse que ainda não sabe se conseguirá regularizar esta área devido a sua proximidade com o guard-rail da estrada. Disse que as comunidades onde já conseguiu fazer vistoria, já estão sendo feitas as plantas das poligonais para serem enviadas a prefeitura.

Com a palavra, **Francine** disse que hoje foi um dia de muito sucesso, que muitas coisas avançaram, mas que todos devem sair da audiência com encaminhamentos.

**Vereador Silmar** então pediu que a Sra. Francine dissesse quais são os encaminhamentos.

**Sra. Francine** disse que o encaminhamento é a prefeitura discutir com as concessionárias a necessidade da instalação desses serviços nas comunidades.

Com a palavra a **Vereadora Gilda Beatriz**, sugeriu que três vereadores fossem com o CDDH nas concessionárias para então tentarem resolver a questão.

**Vereador Silmar** disse que o ideal seria irem um dia ao GETAP, pois lá estão todos os representantes necessários para uma resposta mais clara.

O **Sr. Jorge Maia**, se comprometeu a marcar esta reunião com o GETAP e avisar ao vereador.

**O Vereador Anderson Juliano** se desculpou pelo atraso e informou que a concessionária Ampla apenas liga o relógio de luz, todo o restante do serviço elétrico como transformadores, bicos de luz, postes etc. são feitos pela prefeitura, que recebe a CIP. Então, se existem comunidades sem esse serviço, ele deve ser cobrado da prefeitura, pois a Ampla não o faz.

Ao fim, **Vereador Silmar,** informou que a próxima reunião no MPF será dia 26 de junho e marcou a próxima Audiência Pública na Câmara para o dia 8 de julho.

Não havendo mais nada a tratar encerrou esta audiência às 22:50 e eu **Valério Augusto** escrevi e assinei \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_